

# ***A crise e a Guerra das Malvinas nas páginas da Tribuna da Imprensa***

***Falkland Crisis and War in the pages of the Tribuna da Imprensa***



MATOS, Ingrid Laisa Melo\*

 <https://orcid.org/0000-0003-0596-8435>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo examinar como o periódico *Tribuna da Imprensa* abordou o conflito anglo-argentino pela soberania dos arquipélagos das Geórgias do Sul, Malvinas e Sandwich do Sul, ocorrido entre 2 de abril e 14 de junho de 1982. Conclui-se que o periódico em questão, *Tribuna da Imprensa*, noticiou em seu material jornalístico não assinado as versões de ambas as partes beligerantes, ademais de assinalar, sobretudo, as ações diplomáticas do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** crise; guerra; Malvinas; Falkland; *Tribuna da Imprensa*

**ABSTRACT:** The present paper aims to examine how the *Tribuna da Imprensa* approached the conflict between Argentina and United Kingdom for the sovereignty of the South Georgia, Falkland and South Sandwich Islands, which took place between April 2 and June 14 1982. The conclusion is that *Tribuna da Imprensa* reported in unsigned journalistic material the versions of both sides of the conflict, in addition to underlining, above all, the Brazilian diplomatic initiatives.

**KEYWORDS:** crisis; war; Malvinas; Falkland; *Tribuna da Imprensa*

*Recebido em: 18/07/2020*  
*Aprovado em: 02/10/2020*

---

\* Graduada em Relações Internacionais pela UnB, Brasília- DF, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília-DF. Bolsista CAPES. Email: [ingridlmatos@gmail.com](mailto:ingridlmatos@gmail.com).



## Introdução

Em 26 de março de 1982, a terceira Junta Militar do *Proceso de Reorganización Nacional* decidiu executar uma ação militar nas ilhas Malvinas, localizadas no Atlântico Sul, com o propósito de recuperar a soberania sobre o arquipélago que, desde 3 de janeiro de 1833 é um território britânico.

Para tanto, vale recordar que, em 2 de janeiro de 1833, John Onslow, comandante da embarcação *HMS Clío*, em duas oportunidades, comunicou a José María Pinedo, governador provisório das Malvinas, que havia recebido ordens para exercer direitos de soberania sobre o território insular. Assim, Pinedo dispunha de 24 horas para recolher a bandeira das Províncias Unidas do Rio da Prata e aprestar o embarque da sua tropa. Diante da recusa de Pinedo de se retirar, na manhã no dia seguinte, uma força britânica desembarcou e substituiu a bandeira então hasteada pela britânica.

Entre os dias 02 de abril e 14 de junho de 1982, ocorreu o conflito argentino-britânico pela soberania dos arquipélagos das Geórgias do Sul, Malvinas e Sandwich do Sul – contenda usualmente, denominada Guerra das Malvinas. Neste trabalho, o lapso temporal de 74 dias é segmentado em dois momentos, a saber: a crise das Malvinas, de 2 a 30 de abril; e, a Guerra das Malvinas, entre 1º de maio e 14 de junho. A primeira etapa, teve início com o desembarque argentino, que apontou, no plano diplomático, a mediação do secretário de Estado dos Estados Unidos, encerrando-se com a reocupação das Geórgias do Sul pelas forças britânicas. E, a segunda etapa, teve início com a ofensiva britânica nas Malvinas, encerrando-se com a rendição argentina na capital do arquipélago.

Diante do exposto, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a abordagem jornalística sobre a crise e a Guerra das Malvinas realizada pelo periódico *Tribuna da Imprensa*. Este foi privilegiado como fonte e objeto de pesquisa, pelo fato de que, tanto a crise quanto o conflito anglo-argentino foram noticiados no periódico, estando seu material jornalístico na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Optou-se pelo empregar “Malvinas” ao fazer menção ao nome do território insular em detrimento de “Falkland”, sendo para este reduzidas as ocorrências que mencionam o arquipélago em questão na língua inglesa.

O periódico *Tribuna da Imprensa* foi fundado em 27 de dezembro de 1949, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Carlos Lacerda. Deixou de circular no modo impresso em 2 de dezembro de 2008. Desde então, mantém edição online. Antes de sua fundação, foi criado – por sugestão de Lacerda – no jornal *Correio da Manhã*, em 1946, a coluna intitulada *Na Tribuna da Imprensa*. Em 1948, por ocasião das primeiras deliberações

sobre a exploração dos recursos naturais nacionais, Lacerda imiscuiu-se nesses debates defendendo a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera e empreendendo uma campanha em objeção à outorga do refino de petróleo a dois grupos privados brasileiros: Drault Ernany-Eliezer Magalhães, proprietário da Refinaria de Petróleo do Distrital Federal S/A, e Soares Sampaio-Corrêa e Castro, dono da Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A (MENDONÇA, 2008).

Nesse contexto, Lacerda passou a utilizar a coluna em questão para insultar a família Soares Sampaio. Como exemplo, em artigo titulado *Um grupo aguardando o Brasil*, de 26 de abril de 1949, aquele jornalista imputava à família Soares Sampaio “o grupo matriz, o grupo principal da roda de empresários de negócios que ocupou o governo Dutra e o compromete e o envolve, e o aconselha e o denigre. Em torno dele giram e prosperam os mais notórios próceres da adulação e do engodo” (MENDONÇA, 2004, p. 16). Este e outros artigos incomodaram Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã* e amigo íntimo da família Soares Sampaio. Assim, Lacerda foi afastado do jornal, mas conservou o direito de utilizar o título da coluna como melhor lhe conviesse.

Algum tempo depois, Aluísio Alves, deputado pela União Democrática Nacional (UDN) do Rio Grande do Norte, e Luís Camilo de Oliveira Neto persuadiram Lacerda sobre a viabilidade de fundar seu próprio periódico, algo que se deu com êxito via mobilização de corporações empresariais ligadas ao capital externo (MENDONÇA, 2008). Assim, ao final do governo do general Eurico Gaspar Dutra, Lacerda fundou o vespertino *Tribuna da Imprensa*, veículo que representou as principais propostas da UDN e que fazia oposição às forças políticas remanescentes do getulismo (LEAL, 2010).

Em agosto de 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, o *Tribuna da Imprensa* foi um dos primeiros órgãos a encampar a tomada de poder pelos militares, a fim de obstar a posse do vice-presidente João Goulart (LEAL, 2010). Dois meses após a renúncia de Jânio Quadros, devido às dificuldades financeiras, Lacerda vendeu o *Tribuna da Imprensa* para Manuel Francisco do Nascimento Brito e, em 12 de março de 1962, foi vendido para Hélio Fernandes. O jornal manteve uma oposição sistemática à presidência de Goulart nos primeiros anos sob nova gestão. De acordo com o próprio Hélio Fernandez, não existia nenhum ponto de aproximação entre a linha política do jornal e o governo do mandatário de então (LEAL, 2010).

Em 31 de março de 1964, o *Tribuna da Imprensa* apoiou o golpe militar que destituiu Goulart. Todavia, naquele mesmo ano, a partir da promulgação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), em 9 de abril, o periódico passou a apresentar uma posição contrária à ditadura. A oposição do periódico foi gradativamente se avultando, a ponto

de conduzir o periódico a apoiar a Frente Ampla, movimento que tinha como principal articulador Carlos Lacerda, que almejava unir, em oposição ao governo do então presidente da República Humberto Castelo Branco, políticos como, por exemplo, Juscelino Kubitschek e o próprio João Goulart (LEAL, 2010).

O engajamento oposicionista que Hélio Fernandez imprimiu ao *Tribuna da Imprensa* seguiu no decorrer de todos os governos militares. E mesmo após o término do regime militar, permaneceu mantendo uma postura independente com a situação, permitindo-se tecer críticas quando considerasse necessário. A partir de 1968, a *Tribuna da Imprensa* passou a sofrer a censura prévia de modo regular. Oficiais do I Exército, por exemplo, realizavam visitas noturnas, quando definiam o que poderia ser publicado nas edições das manhãs seguintes. Segundo Hélio Fernandez, a *Tribuna da Imprensa* desperdiçava rotineiramente 20% do seu material redacional. A censura continuou mesmo no decorrer da retomada do processo de restabelecimento dos direitos políticos democráticos, o qual foi conduzido pela própria ditadura, sendo conhecido como “abertura” (LEAL, 2010)

A interrupção da censura se deu em junho de 1978, anunciada informalmente, por telefone, aos principais órgãos de imprensa visados. Nesse ínterim, em setembro de 1979, o *Tribuna da Imprensa* impetrou uma ação de indenização contra os ex-presidentes da República Emílio Médici e Ernesto Geisel, por “abuso de poder”, que teria ocorrido em decorrência da censura praticada ao jornal no transcurso de dez anos (LEAL, 2010). Durante o período de análise do material jornalístico do qual se ocupa essa pesquisa, no cabeçalho do *Tribuna da Imprensa* tem-se uma tarja preta com a expressão “Sem Censura”.

Deve-se ressaltar que o estudo da imprensa como objeto e fonte histórica é algo recente. Segundo Maria Helena Capelato (1988), os historiadores brasileiros, até a primeira metade do século XX, assumiam duas posturas distintas no tocante ao documento-jornal: o menosprezo por considerá-lo fonte suspeita; ou a exaltação por concebê-lo como repositório da verdade. As duas posturas são controversas, na medida em que o jornal não é um transmissor imparcial e apartidário dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezável porque permeada pela subjetividade.

Já Tânia Regina de Luca assinala que, no decênio de 1970, ainda era relativamente diminuto o número de trabalhos que faziam uso dos jornais e revistas como fonte para a compreensão da história no Brasil, tais impressos eram reconhecidos e não era novidade “a preocupação de se escrever a História da imprensa”, todavia, tinha-se alguma resistência quanto aos diários e revistas “para escrita da História por meio da imprensa”

(LUCA, 2008, p. 111, grifo do autor). A autora ainda destaca, de acordo com a tradição predominante no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que historiador deveria se amparar em fontes marcadas pela assertividade, credibilidade, imparcialidade, veracidade e suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Nessa conjuntura, os jornais afiguravam pouco apropriados para a recuperação do passado, tendo em vista que as “enciclopédias do cotidiano” apresentavam registros incompletos do presente, elaboradas sob o influxo de compromissos, emoções e preferências, pois, em lugar de propiciarem compreender o corrido, forneciam imagens desvirtuadas, inacabadas e tendenciosas.

Ainda na década de 1970, o estatuto da imprensa experimentou deslocamento fundamental, pois concomitantemente à história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal converteu-se em objeto da pesquisa histórica (LUCA, 2008). Uma possível explicação para essa mudança reside na dessacralização dos fatos por parte do historiador, ao reconhecer que os fatos são fabricados e não dados. Algo análogo transcorreu no campo da imprensa onde, igualmente, reverenciou-se a objetividade. Nesse sentido, grande parte dos jornalistas assente que o fato jornalístico é construído; por conseguinte, a objetividade é relativa (CAPELATO, 1988).

A imprensa, neste trabalho, é entendida como um agente de intervenção na vida social e não apenas como veículo de informações (CAPELATO; PRADO, 1980). E para examinar como o *Tribuna da Imprensa* abordou a crise e Guerra das Malvinas elegeram-se como principais materiais jornalísticos notícias e reportagens não assinadas, pois a diversidade de sujeitos – jornalistas, comentaristas e articulistas – no restante do material constituía um empecilho metodológico, sendo necessária uma análise biográfica e bibliográfica. Entretanto, quando uma notícia, reportagem ou um artigo assinado apresentaram um fato que se julgou relevante, fez-se uso de tal expediente discursivo. O presente estudo também teve por base as literaturas argentina e britânica sobre a contenda.

Verificou-se que o material jornalístico não assinado sobre a crise e a guerra anglo-argentina figurou, sobretudo, na editoria internacional do *Tribuna da Imprensa*, sendo que as informações veiculadas são provenientes da agência internacional de notícias francesa *Agence France Presse* (AFP). Nesse sentido, ao privilegiar o material remetido por uma agência de notícias em detrimento do correspondente expatriado, o *Tribuna da Imprensa* não construiu a sua própria elaboração dos acontecimentos. Em outras palavras, limitou-se em acompanhar os acontecimentos com “olhos internacionais” (NATALI, 2004, p. 25).

Diante do exposto, o presente trabalho, além da introdução e das considerações finais, compõe-se de três seções. Na primeira delas, apresentam-se os antecedentes ao desembarque argentino a partir do início do governo de Leopoldo Galtieri. Posteriormente, na segunda seção, versa-se sobre a crise das Malvinas. Por fim, na última seção, aborda-se a Guerra das Malvinas.

### **Antecedentes ao Desembarque Argentino**

Na Argentina, em dezembro de 1981, a Junta de Comandantes destituiu da presidência o tenente-general Roberto Viola. Assim, em 22 daquele mês, assumiu a presidência o integrante da Junta Militar general Leopoldo Galtieri, concentrando os cargos de presidente da República e comandante-chefe do Exército. Também integravam a Junta Militar, Jorge Isaac Anaya, da Marinha, e Basílio Lami Dozo, da Força Aérea. Galtieri foi conduzido à presidência em decorrência de um acordo com o almirante Anaya, seu amigo. A Marinha anuiu à assunção do comandante-chefe do Exército à função de presidente da República e, em contrapartida, o componente terrestre das Forças Armadas da Argentina assentia com uma intervenção militar para a recuperação da soberania sobre as ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul (LORENZ, 2009. RUSSELL, 1990). A Marinha tinha um projeto de ocupação das ilhas Malvinas desde 1955, o qual era atualizado de tempos em tempos (YOFRE, 2011).

No dia 05 de janeiro de 1982, a Junta Militar reuniu-se no edifício *Libertad*, sede da Marinha. Após examinar a trajetória das negociações com o Reino Unido desde 1965 até então, decidiu empreender uma ação diplomática enérgica no caso das Malvinas, com o propósito de reativar os esforços para dirimir a disputa pela soberania do arquipélago. Além disso, seus integrantes sublinharam a necessidade de iniciar estudos para avaliar a factibilidade e a conveniência de uma ocupação das Malvinas (VAGO *et. al*, 1983).

Em uma reunião posterior – ocorrida em 12 de janeiro de 1982, novamente na sede da Marinha –, a Junta Militar decidiu instituir uma Comissão de Trabalho tripartite visando consubstanciar um plano militar para as Malvinas como uma ação alternativa, em caso de malogro da solução negociada com o Reino Unido, não obstante a resolução do litígio mediante um acordo. Foram designados para integrarem a comissão o general-de-divisão, Osvaldo Jorge García, o vice-almirante, Juan José Lombardo, e o major-brigadeiro, Sigfrido Martín Plessl. Oportunamente, a Junta em questão comunicaria aos chefes do Estado Maior Geral das três Forças Armadas e ao ministro de Relações Exteriores sobre o plano de emprego do poder militar para consolidar a soberania argentina no Atlântico Sul (VAGO; *et al*, 1983).

A Comissão de Trabalho elaborou o *Plan de Campaña Esquemático correspondente a Directiva Estratégica Militar* (DEMIL) 1/82. De acordo com a DEMIL 1/82, desde o ponto de vista militar, a operação era apta, factível e admissível, apesar de que duas condições deveriam ser atendidas, a saber: o então estado britânico de defesa do arquipélago deveria ser mantido; e o emprego da força estaria restrito às operações incruentas, com o intuito de minimizar a reação britânica e propiciar uma melhor posição negociadora. Após a recuperação das Malvinas, as forças de ocupação seriam retiradas, permanecendo no arquipélago uma diminuta guarnição. E conforme as previsões iniciais, as Forças Conjuntas estariam em condições de executar a operação a partir de 15 de maio de 1982, sendo a ação concluída em cinco dias, ao passo que o dia “D mais 5” se daria em 25 de maio – data que celebra a Revolução de Maio. O plano teve por base uma ausência quase total de previsão de reação militar britânica (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983).

Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy (1983) destacam que dois aspectos aparecem claramente nos documentos originais da Junta, quais sejam: a) caso o Reino Unido reagisse ao desembarque, faria de uma forma destinada a forçar a negociação e, por conseguinte, se enviaria uma pequena força simbólica; nesse cenário, antevia-se deixar nas Malvinas um destacamento militar, aéreo e marítimo não superior a 600-700 homens sob o comando de um coronel, que serviria como uma presença dissuasiva para impedir uma tentativa de recuperação das Malvinas por parte da marinha britânica; e, b) o Reino Unido preferiria ou admitiria a via da negociação até que estivesse convencido de que o tema da soberania não estava em discussão, e somente então avaliaria cautelosamente se empreendia a reocupação do território mediante o uso da força.

Nesse viés, em 16 de fevereiro, Galtieri comunicou ao ministro de Relações Exteriores, Nicanor Costa Méndez, sobre os planos de ocupação militar das Malvinas. Costa Méndez sugeriu ao presidente estabelecer um grupo de trabalho para formular hipóteses e alternativas sobre o tema. No entanto, o mandatário argentino recomendou-lhe reserva total, uma vez que o resultado da reunião em Nova Iorque definiria o curso dos acontecimentos (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983).

A rodada de negociação em Nova Iorque ocorreu entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 1982. A delegação argentina tinha como integrantes Enrique Ros, vice-chanceler, e Carlos Ortiz de Rozas, embaixador argentino em Londres. Por sua vez, os representantes britânicos eram: Richard Luce, subsecretário do *Foreign Office*, Anthony Williams, embaixador britânico em Buenos Aires, Robert Fearn, chefe do Departamento América do Sul do *Foreign Office*, e dois representantes dos habitantes das Malvinas. A

proposta argentina, denominada proposta de reativação, incluía a instauração de uma Comissão Permanente Negociadora que deveria reunir-se todas as primeiras semanas de cada mês, alternadamente, em Buenos Aires e em Londres, tendo o prazo de um ano para obter uma solução no interior das negociações (VEGAS, 2016; YOFRE, 2011).

Luce entregou um *working paper* com a perspectiva britânica sobre a comissão permanente, que não fazia referência à periodicidade com que o grupo de trabalho deveria reunir-se. A estratégia britânica constituía em protelar uma definição e impossibilitar que as negociações tivessem uma data de vencimento. Como se tratava de um *working paper* e não de uma proposta concreta do *Foreign Office*, o delegado inglês acordou com o seu par argentino em manter estrito sigilo sobre o documento britânico, dado que o esboço de proposta ainda não havia sido apresentado ao gabinete conservador da primeira-ministra Margaret Thatcher e ao Parlamento (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983). No dia seguinte ao término da reunião, foi emitido um comunicado conjunto, onde as partes declaravam que o encontro se deu em um clima cordial e positivo, reiterando a decisão de alcançar uma solução à controvérsia pela soberania, examinando detalhadamente a proposta argentina, a fim de realizar aperfeiçoamentos; por fim, ambas as partes concordaram em consultar seus respectivos governos.

Em 1º de março de 1982, após consulta à Junta Militar, Costa Méndez emitiu um comunicado unilateral – deixando completamente atônitos os diplomatas que haviam participado do encontro – mencionando “paciência, lealdade e boa fé” – virtudes que a própria declaração unilateral contradizia ao descumprir o expediente acordado nas negociações e conferir-lhes resultados que não haviam dito (NOVARO; PALERMO, 2007):

A Argentina negociou com a Grã-Bretanha com paciência, lealdade e boa-fé durante mais de 15 anos, em observância às resoluções pertinentes das Nações Unidas, a resolução da disputa da soberania sobre as ilhas. O novo sistema [de reuniões mensais com agenda preestabelecida] constitui um passo eficaz para pronta solução dessa disputa. Por outro lado, caso isso não ocorra, a Argentina reserva-se o direito de finalizar o funcionamento desse mecanismo e eleger livremente o procedimento que melhor contemple os seus interesses. (VAGO *et al.*, 1983, p. 18, [tradução nossa])<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> [No original]: La Argentina ha negociado con Gran Bretaña con paciencia, lealtad y buena fe, durante más de 15 años, en el marco señalado por las resoluciones pertinentes de la ONU, la resolución de la disputa de soberanía sobre esas islas. El nuevo sistema constituye un paso eficaz para la pronta solución de esa disputa. Por lo demás, si eso no ocurriera, LA ARGENTINA MANTIENE EL DERECHO DE PONER TÉRMINO AL FUNCIONAMIENTO DE ESE MECANISMO Y DE ELEGIR LIBREMENTE EL PROCEDIMIENTO QUE MEJOR CONSULTE A SUS INTERESES. (VAGO *et al.*, 1983, p. 18).

A enérgica comunicação unilateral da chancelaria argentina enterneceu o parlamento britânico, instigado pelo *lobby* da Companhia das Ilhas Falkland (firma que monopolizava a vida econômica e política nas Malvinas). Nesse sentido, o *Foreign Office* encaminhou urgentes mensagens aos seus embaixadores em Washington, Nicholas Henderson, e em Buenos Aires, Williams, dando instruções para que esses contactassem Thomas Enders, subsecretário de Estado dos Estados Unidos, e Harry Shlaudemann, embaixador americano na Argentina, com o objetivo de advertir que o governo de sua majestade achava-se disposto a encontrar uma solução à controvérsia, porém, era inadmissível negociar em uma conjuntura ameaçadora (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983).

Vale destacar que em 1979, a companhia argentina *Georgias del Sur S.A.* do empresário Constantino Davidoff, havia adquirido junto à *Christian Salvensen Limited*, 30 mil toneladas de metal, de instalações baleeiras desativadas nas ilhas Geórgias do Sul. Os operários da firma argentina partiram em 11 de março de 1982, a bordo do *ARA Bahía Buen Suceso* – embarcação da Marinha argentina – e chegaram ao território insular em 19 de março. Ao desembarcarem, o grupo de trabalhadores hastearam a bandeira argentina e cantaram o hino nacional. Justaposta à desmontagem das estações baleeiras – resta estabelecer se com o conhecimento ou não de Davidoff – ocorreu a Operação Alfa da Marinha, nome em código para instalação em *Leith* de uma base militar, com aparência de base científica semelhante a estabelecida, em 1976, na ilha *Thule*, no arquipélago Sandwich do Sul (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983. LORENZ, 2009).

Costa Méndez – em uma reunião, em 15 de março – com o vice-almirante Leopoldo Suárez de Cerro, titular do Estado Maior Conjunto, posicionou-se contrário à Operação Alfa, pois diferentemente da ilha *Thule*, o arquipélago das Geórgias do Sul era habitado por integrantes do programa antártico britânico. À vista disso, a operação seria rapidamente percebida, o que conduziria o Reino Unido a apresentar um enérgico protesto. Lombardo manifestou apreciação similar ao do chanceler, ao reiterar, em uma nota enviada ao comandante-chefe da Marinha, que a realização da Operação Alfa provocaria a supressão do fator surpresa, condição indispensável no plano de “recuperação” das Malvinas. Diante dessa avaliação, Anaya comunicou a Lombardo que a operação seria cancelada.

Federico Lorenz (2009) assevera que algumas interpretações sustentam que o comando da Armada manteve a decisão de executar a Operação Alfa, para garantir que com essa coação se fizesse a ocupação militar das Malvinas. Ação que denota o grau de

desconexão e competição entre as forças e seus comandantes, que caracterizou todo o *Proceso de Reorganización Nacional*; por outro lado, seria a primeira evidência da grande ausência de coordenação que predominou no comando argentino durante a crise e Guerra das Malvinas.

Em 22 de março de 1982, o ministro de Relações Exteriores argentino recebeu uma nota verbal de Williams, que foi interpretada como uma virtual cominação. Esta assim expunha:

Os ministros decidiram que o HMS Endurance seguirá para as Geórgias do Sul para retirar os argentinos que ali se encontram. [...] O grupo de trabalhadores argentinos está em Leith ilegalmente e não podem permanecer na localidade. [...] É nosso desejo que as consequências políticas, com uma condução responsável de ambas as partes, possa continuar sendo minoradas. Entretanto, deve ficar bem claro que nós não procuramos essa situação; foi a ação irresponsável de Davidoff e a aparente inabilidade do governo argentino para invocar a medida necessária que ocasionou tal situação. (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983, p. 326, [tradução nossa])<sup>2</sup>.

Galtieri, Anaya e Lami Dozo – em uma reunião em 26 de março de 1982, na qual estiveram presentes Plessl, Lombardo, García, Suárez del Cerro e Costa Méndez – compartilharam do entendimento que o incidente nas Geórgias estava abreviando vertiginosamente a margem de manobra do governo militar argentino. Anaya avaliou que o episódio havia chegado a um ponto desde o qual seria muito custoso para os comandantes, retrocederem sem deteriorar suas respectivas bases de sustentação e instando seus pares a uma decisão (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983). A Junta Militar, então, resolveu executar a operação no dia 1º de abril, alternativamente, nos dias 2 ou 3 de abril seguintes (VAGO *et al.*, 1983).

O Comitê Conjunto de Inteligência do Reino Unido não pressupunha que o propósito camuflado da ocupação argentina nas Geórgias do Sul era encetar uma guerra. Sobre a questão, Max Hastings e Simon Jenkins (1984) apontam que três aspectos podem explicar a análise relapsa do serviço de inteligência, a saber: 1) ponderavam que nenhuma coação militar ocorreria nas Malvinas até o final de 1982 e, antes de imiscuir-se em um conflito o governo argentino, apresentaria indícios, iniciando pressões na Organização das Nações Unidas (ONU) e difundido uma campanha de publicidade com o objetivo de evidenciar as arbitrariedades praticadas pelo Reino Unido; 2) a Inteligência receava

---

<sup>2</sup> [No original]: Ministers have agreed that HMS Endurance should continue to South Georgia in order to remove the remaining Argentines. [...] The Argentine workforce are at Leith illegally and we cannot allow them to remain. [...] Our hope is that the political consequences, with careful handling on both sides, can continue to be minimized. But it should be quite clear that this situation has not been of our seeking. It has been Davidoff's irresponsible action and the apparent inability of the Argentine Government to take necessary remedial action which has brought it about. (CARDOSO; KIRSCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983, p. 326).

prelucir, pela segunda vez, uma provável invasão argentina do arquipélago, não efetivando-a, como se deu em 1977; e 3) o serviço de inteligência ponderava que não se devia instigar a Argentina a realizar um ataque preventivo, pois, o Reino Unido estava totalmente suscetível a uma agressão argentina com precisão; logo, esforços deveriam ser empreendidos para o alcance de um arrefecimento da tensão e um acordo diplomático quanto ao episódio nas Geórgias do Sul. Nesse sentido, o embaixador britânico em Buenos Aires e os funcionários do *Foreign Office* admitiram tal prognóstico até o início da crise das Malvinas.

Apesar da apreciação do Comitê Conjunto de Inteligência, o governo do Reino Unido adotou medidas de precaução. O secretário de Estado para a Defesa, John Nott, em 29 de março de 1982, informou à primeira-ministra que havia determinado o envio de uma embarcação para reaprovisionar o *Endurance*; e ainda, um submarino nuclear seria enviado. A previsão era de que ambos os navios chegariam às Malvinas em 13 de abril. Ademais, outro submarino estava sendo aprestado e uma esquadra com sete fragatas e um contratorpedeiro estava apta para partir de Gibraltar.

Em 31 de março, Nott, em uma reunião com os funcionários do ministério da Defesa, foi comunicado que se tinha recebido informes de inteligência, assinalando que, na madrugada do dia 2 de abril, a Argentina ocuparia as Malvinas. O secretário de Defesa imediatamente se reuniu com a primeira-ministra. Participaram da reunião Luce, outros funcionários do *Foreign Office* e o chefe do Estado Maior da Marinha. Concluída a reunião, Thatcher remeteu uma mensagem a Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, asseverando que o governo do Reino Unido não admitiria, sob nenhuma circunstância, a ocupação das Malvinas.

Thatcher demandava a Reagan que ele dissuadisse Galtieri, a fim de que o presidente argentino não autorizasse nenhum desembarque, muito menos conflagrações. Além disso, a primeira-ministra afirmou que Reagan poderia comprometer-se com Galtieri que o Reino Unido não majoraria a contenda, nem entabularia hostilidades. Depois de seguidas tentativas, Reagan logrou contactar com Galtieri na noite de dia 1º de abril. Galtieri recusou-se a contestar as chamadas até que fosse “tecnicamente impossível” sustar o desembarque, evidência que os tomadores de decisão argentinos continuaram acreditando na eficácia do fato consumado (NOVARO; PALERMO, 2007).

### **A Crise das Malvinas**

A operação Azul das Forças Armadas argentinas, posteriormente, designada de Operação Rosário, para a “recuperação” das Malvinas sofreu alterações às 12:57 do dia

31 de março. Inicialmente, a primeira parte do movimento conjunto militar consistia no pouso de um avião da *Líneas Aéreas del Estado* (LADE), simulando uma avaria no aeroporto da capital do arquipélago, para mobilizar, a partir disso, outra aeronave. Os militares dessa confiscariam o edifício e sinalizariam a pista de pouso. Quando os militares argentinos estavam se deslocando em direção ao destino, foram comunicados que os britânicos haviam adotado medidas cautelares, posicionando veículos atravessados, extensos e pesados destroços de ferro sobre a pista de aterrissagem. Além do mais, foram informados que o contingente militar britânico era superior ao que expectavam. Encontrava-se no território insular tanto os fuzileiros que deveriam partir, quanto os que iriam substituir aqueles. Outro fato não previsto foi o desligamento do farol de cabo Pembroke (CARDOSO; KRISCHBAUM; VAN DER KOOY, 1983.YOFRE, 2011).

Diante das circunstâncias, em 31 de março, em uma reunião dos comandos militares, realizada a bordo do *ARA Santísima Trinidad*, decidiu-se executar a segunda alternativa: principiar a “recuperação” pelos mergulhadores táticos. A operação naval sucedeu como se havia previsto. Não houve registro de soldados britânicos ou habitantes das ilhas feridos. Após a casa do governador, o povoado e o quartel militar em *Río Caprichoso* terem sido militarmente ocupados, às 11h20min do dia 2 de abril, deu-se a rendição do governador do arquipélago, Rex Hunt. Na ocasião, faleceu o capitão de fragata da Marinha argentina, Pedro Giacchino, chefe dos mergulhadores táticos e dos comandos anfíbios, devido a não possibilidade do não préstimo socorro, uma vez que assistir o capitão fazia-se necessário atirar para matar e, os argentinos, segundo ordens, não poderiam ocasionar nenhum dano aos ingleses (YOFRE, 2011.VEGAS, 2016).

Os argentinos receberam com entusiasmo a notícia da “recuperação” das ilhas Malvinas por uma operação conjunta das Forças Armadas. Nas ruas de Buenos Aires, o clima era de festa: os motoristas buzonavam com euforia, enquanto moradores lançavam chuvas de papel picado do alto dos prédios, enfeitados com bandeiras; os jovens passeavam nas ruas com bandeiras argentinas; o hino nacional foi cantado em todos os colégios; e os professores salientaram aos estudantes o significado histórico da “recuperação” do arquipélago (BUENOS..., 1982, p. 10).

As unidades de desembarque dos fuzileiros navais argentinos, apoiadas por helicópteros e navios de guerra, desembarcaram e tomaram o aeroporto de *Port Stanley*, dando início a um processo militar e político de consequências incomensuráveis. Uma primeira análise militar da controvérsia possibilita verificar que, do ponto de vista regional, era notória tanto a superioridade como as vantagens do Exército argentino, que

podia usufruir de bases de apoio logístico e reservas localizadas a poucas centenas de quilômetros, ao passo que o território britânico estava há mais de doze mil milhas de distância. Nesse sentido, seria médio prazo que a conjuntura se deterioraria seriamente para os militares argentinos, uma vez que, em decorrência do incidente nas ilhas Geórgias do Sul, o governo britânico enviou para a região o quebra-gelos atômico *Endurance*, além de dois submarinos atômicos e unidades de apoio – força operacional e técnica superior a qualquer outro meio aéreo ou naval argentino, poderia bloquear totalmente as ilhas em disputa (NINO, 1982a).

Em 3 de abril, o Conselho de Segurança da ONU aprovou por 10 votos a Resolução 502 (1982) que indicava a ocorrência de uma violação da paz na região das ilhas Malvinas, exigindo – sem tardar – cessação das hostilidades, requisitando uma imediata retirada de todas as forças argentinas do arquipélago e apelando aos governos envolvidos a busca de uma solução diplomática para suas dissimilaridades. Após a aprovação da Resolução em questão, o representante britânico ante às Nações Unidas afirmou que seu país não iniciaria as hostilidades e aceitaria com satisfação os bons ofícios de toda nação amiga, que contribuíssem para o reinício das negociações (NAVIOS..., 1982, p. 10).

Em 5 de abril, Thatcher nomeou Francis Pym como novo secretário de Relações Exteriores, após aceitar a renúncia de lord Carrington, visto como o principal responsável pelo desembarque das Forças Armadas argentinas nas Malvinas por não ter advertido o governo, embora a crise tenha se iniciado no princípio de março daquele ano. Nesse viés, os especialistas políticos ressaltam que, em 1º de março de 1982, o governo argentino ameaçou oficialmente empregar “outros meios” para reaver a soberania sobre as Malvinas apenas dois dias depois do insucesso das últimas negociações em Nova Iorque. A primeira-ministra explicou que o chanceler se sentiu obrigado a demitir-se, uma vez que a ocupação argentina no território insular foi uma ofensa humilhante ao Reino Unido (MALVINAS..., 1982, p. 10).

Em relação ao posicionamento do Brasil, o ministro de Relações Exteriores brasileiro, Ramiro Saraiva Guerreiro, entregou aos, então, embaixadores da Argentina e do Reino Unido uma nota onde o governo brasileiro manifestava sua “profunda preocupação diante do agravamento das tensões e do sério risco de confrontação armada entre a República Argentina e o Reino Unido”. Saraiva Guerreiro ainda fez um apelo, a fim de que os governos dos dois Estados encontrassem uma solução pacífica. Após a entrega do documento aos representantes da Argentina e do Reino Unido, o porta-voz do Itamaraty, Bernardo Pericás, reuniu-se com a imprensa para ler a

declaração do governo brasileiro e ponderou que a nota não objetava o direito soberano da Argentina sobre o arquipélago, assim enfatizando: “[...] nossa posição é a mesma de 1833” (BRASIL APELA..., 1982, p. 2). Nesse sentido, ao apoiar a reivindicação e o direito argentino diplomaticamente e não pelo uso da força, o Ministério das Relações Exteriores ratificou a tradição, os princípios e as convicções da República Federativa do Brasil (FERNANDES, 1982, p. 4).

Os Estados Unidos resolveram oferecer seus bons ofícios para solucionar a crise anglo-argentina no Atlântico Sul. Em Londres, Thatcher assegurou que o governo britânico “ficaria muito feliz se o presidente Reagan ou outro for capaz de obter a retirada dos argentinos das ilhas Malvinas, a restauração da soberania britânica e o respeito ao desejo do povo de viver sob a soberania britânica” (EUA..., 1982, p. 10). Por outro lado, o ministro do Interior da Argentina, general Alfredo Saint Jean, expôs que caso a frota britânica intentasse retornar a ocupar as Malvinas, o território seria defendido a qualquer preço. Por sua vez, o ministro da Defesa, Amadeo Frugoli, assegurou que “não há nenhuma atenuante, nem negociações que faça a Argentina voltar atrás na recuperação das ilhas” (HAIG..., 1982, p. 8).

Na capital do Reino Unido, em 7 de abril, Nott anunciou perante a Câmara dos Comuns que a partir de 12 de abril seguinte, uma área de 200 milhas de extensão em torno das Malvinas seria considerada “zona de guerra” pelo Reino Unido (LONDRES DECLARA..., 1982, p. 9). Do ponto de vista prático, o bloqueio não implicou em inconvenientes maiores para as tropas argentinas entrincheiradas no arquipélago, dado que a ponte aérea de 24 horas com os aviões C-130 aparentava operar eficientemente. Após o início do bloqueio, fontes navais em Buenos Aires informaram que só uma fragata e um contratorpedeiro se encontravam em atividade de patrulhamento no exterior da região bloqueada (NINO, 1982b).

Embora ainda estivesse em curso os bons ofícios do secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, em 25 de abril, soldados britânicos desembarcaram de helicóptero às 12 horas (horário de Brasília) em Grytviken – pequeno porto nas ilhas Geórgias do Sul. Segundo anunciado por Nott, as forças argentinas “apresentaram uma resistência apenas limitada” e, às 14 horas, hastearam a bandeira branca e imediatamente renderam-se (NOTT..., 1982, p. 9). O ataque britânico ocasionou surpresa, dado que os meios diplomáticos e militares não expectavam que a frota britânica posicionada – desde 23 de abril – no Atlântico Sul, pudesse realizar um “ato de guerra” enquanto ocorresse a missão diplomática de Haig (HENAULT, 1982).

Por sua vez, o governo argentino qualificou como “absolutamente falsas” as afirmações sobre a rendição argentina no arquipélago das Geórgias do Sul, garantindo que as “forças especiais” da marinha permaneceriam sustentando suas posições na região de Porto Leith, não obstante os esforços efetuados pelos invasores, numericamente superiores (VERSÕES..., 1982, p. 9). Conforme fontes extraoficiais, os serviços especializados de inteligência do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas argentinas teriam constatado “23 flagrantes inexatidões” provenientes das autoridades britânicas, também, comprovando, ainda, a “utilização de outros efeitos de ação psicológica visando” minorar “o espírito combativo das Forças Armadas e a vontade decidida da população” (GUERRA..., 1982, p. 9).

Em 28 de abril, a 20ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores dos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou por 17 votos – três a mais que o mínimo necessário –, a Resolução 28/82, a qual reconhece os direitos de soberania da República Argentina sobre as ilhas Malvinas, assim como insta o governo do Reino Unido a cessar imediatamente as hostilidades que realiza na zona de segurança definida pelo art. 4 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e abster-se de qualquer ação que possa perturbar a paz e a segurança interamericana; e ainda, urge os governos implicados na contenda que prontamente, estabeleçam uma trégua que possibilite o reatamento e o normal progresso das gestões tendentes à solução pacífica da controvérsia, considerando os direitos de soberania da Argentina sobre as Malvinas, como também os interesses de seus habitantes (DOCUMENTO..., 1982, p. 10).

Costa Méndez em seu discurso, após a aprovação da referida resolução, agradeceu a “demonstração de solidariedade” que “emociona a Argentina” e sublinhou que o documento aprovado “reconhece, por voto mais que majoritário, os seculares direitos argentinos de soberania sobre as Malvinas, e a jurisdição do Tiar”, sobre a contenda com o Reino Unido (COSTA..., 1982, p. 10). Tal resolução também foi recebida com contentamento pelo governo brasileiro. Sobre a questão, o então presidente da República, João Batista Figueiredo, participando de um encontro em Porto Alegre, foi interpelado sobre qual dos contendores o Brasil apoiaria em caso de um confronto armado maior, ao passo que o mandatário respondeu: “O Brasil é pacífico, é pacifista, é amigo da Inglaterra, é amigo da Argentina. Até agora não admitimos a hipótese de que não haja bom senso e que as hostilidades cheguem ao ponto de se transformar numa luta dessa natureza” (GENERAL..., 1982, p. 3).

Segundo especialistas militares, o governo britânico cumpriu o plano esboçado em 4 de abril, quando as forças de intervenção partiram do Reino Unido. O plano continha os seguintes tópicos: estabelecimento da zona de exclusão marítima, com vigor a partir do dia 12 de abril; recuperação das Geórgias do Sul, a 200 km das Malvinas, que se deu em 25 de abril; bloqueio aéreo das Malvinas, que entrou em vigor em 30 de abril; e, a última etapa: a recuperação do arquipélago em disputa, ansiada pela população britânica (LONDRES DECRETA..., 1982, p. 10).

O porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, comunicou que existem “muito poucas bases para otimismo” no que se refere a uma solução pacífica do conflito pela soberania das Malvinas, sublinhando que as autoridades norte-americanas permaneceram em contato com as partes envolvidas. E, ainda asseverou que “a situação continua muito grave”, mas “isso não quer dizer que abandonaremos a questão” (INGLATERRA DIZ..., 1982, p. 9). Faz-se necessário salientar que as propostas encaminhadas por Haig aos governos argentino e britânico consistiam: na retirada das forças argentinas das Malvinas; interrupção das ameaças militares britânicas; e, no transitório estabelecimento da administração britânica, seguida da instalação de uma administração conjunta anglo-argentina, sob a salvaguarda dos Estados Unidos, no decorrer da negociação sobre o estatuto final do território insular (REAGAN..., 1982, p. 10).

Nesse sentido, o *Foreign Office* anunciou que as propostas do secretário de Estado norte-americano só dependiam da Argentina. Ademais, acrescentou que “o tema crucial é saber se a Argentina aceitará retirar as suas forças das Malvinas como pede a resolução 502 do Conselho de Segurança da ONU” (INGLATERRA DIZ..., 1982, p. 9). Segundo alguns observadores, tal afirmação poderia indicar que Londres deu a sua anuência ao plano, que dependeria da retirada definitiva das forças argentinas, ao passo que quase todos os segmentos do governo argentino consideravam que a última proposta de paz norte-americana era francamente “pró-Inglaterra e, portanto, inaceitável”, ainda que a Junta Militar declarasse que as propostas permanecem “em estudo” (ARGENTINA REPELE..., 1982, p. 10).

Em 30 de abril, a administração Reagan anunciou oficialmente o malogro da mediação dos Estados Unidos na crise anglo-argentina: a Argentina foi responsável pelo fracasso das negociações devido à inflexibilidade desse país nas concessões. Nesse cenário, “(...) para ressaltar que os Estados Unidos não podem aceitar o recurso ilegal à força para resolver os conflitos”, Reagan decidiu pela: cessação de todas as exportações para a Argentina; supressão da elegibilidade Argentina para as vendas militares; e,

derrogação de novos créditos e garantias do Banco de Importação e Exportação e revogação de créditos e garantias para o comércio de matérias-primas; e, ainda, caso as forças britânicas solicitassem qualquer pedido de apoio material, sua nação proporcionaria assistência, mas não interviria militarmente no conflito (REAGAN..., 1982, p. 10). No decorrer da Guerra das Malvinas, o auxílio norte-americano materializou-se em apoio logístico e inteligência militar.

### A Guerra das Malvinas

Ao amanhecer de 1º de maio, o avião de bombardeio estratégico britânico, do tipo *Vulcan*, iniciou o ataque ao aeroporto na capital do arquipélago das Malvinas. Posteriormente, às 9 horas, uma esquadrilha de *Sea Harries* decolou do porta-aviões e defronte a costa do arquipélago segmentou-se em duas, uma dirigiu-se à *Goose Green* e à *Port Stanley*. Em Londres, o porta-voz do ministério da Defesa, comunicou que a pista de pouso na capital do arquipélago “ficou seriamente danificada, e as instalações militares, os equipamentos e os armazéns de alimentos”. Em *Goose Green*, tanto a pista, como “alguns aviões estacionados nas imediações” foram avariados. O porta-voz, também informou que o caça *Harrier*, que foi atingido, já havia sido reparado. Por fim, o ministério da Defesa britânico anunciou que, ademais de ter abatido três aviões argentinos, inutilizou o bombardeio Canberra (INGLATERRA PROMETE..., 1982, p. 10).

Por sua vez, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas argentinas anunciou via relatório oficial que vários ataques e tentativas de desembarque das forças de intervenção britânica sobre as Malvinas foram repelidas pelas tropas argentinas, que derruíram três aviões *Harrier* e dois helicópteros e danificaram vários navios. Ao final, o relatório conclui explanando que os prejuízos pessoais e materiais não eram, no momento, significativos. Para o Estado Maior Conjunto, os combates com as forças britânicas aeronavais “configuram um triunfo das armas argentinas” (ESTADO..., 1982, p. 10).

Devido ao agravamento das hostilidades entre a Argentina e o Reino Unido, o chanceler Saraiva Guerreiro enviou um telegrama ao secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuéllar, asseverando que

(...) o governo do Brasil considera imperativo que sejam imediatamente acionados os mecanismos previstos na carta das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais. É responsabilidade das Nações Unidas tomar medidas prontas e eficazes, inclusive acautelatórias, para assegurar a implementação da resolução 502 (1982), do Conselho de Segurança, em todos os seus aspectos. (BRASIL CONDENA..., 1982, p. 10).

Ainda em 1º de maio, unidades da *Flota de Mar* da Marinha argentina iniciaram uma manobra ofensiva. Em direção ao norte do arquipélago, avançou uma força liderada pelo porta-aviões 25 de maio; pelo sul, deslocou-se o cruzador General Belgrano com dois contratorpedeiros. Em consequência do insucesso de um ataque do submarino San Luis contra embarcações britânicas, ocorre o recuo do conjunto de navios de superfície. Às 16 horas do dia 2 de maio, o submarino nuclear britânico *HMS Conqueror* torpedeou o *General Belgrano*, que não havia adentrado a zona de exclusão das 200 milhas e encontrava-se diante da ilha dos Estados, no extremo-leste da província argentina Terra do Fogo, acarretando seu naufrágio (ARGENTINOS..., 1982, p. 10). Desde o início da crise no Atlântico Sul, as notícias relacionadas à controvérsia eram controladas e divulgadas pelo Estado Maior Conjunto via comunicado. No comunicado número 21, afirmou-se textualmente que haviam sido resgatados 680 tripulantes do cruzador *General Belgrano*, em um total de 1042 marinheiros (ARGENTINA RESGATA..., 1982, p. 10).

Os britânicos passaram a arguir que o General Belgrano foi submergido quando circundava as Malvinas pelo sul, pois tinha como propósito sustar os navios mercantes britânicos os quais vinham robustecer a força de intervenção da marinha que estava reunida ao leste do território insular. Na avaliação do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, o Reino Unido não tinha a intenção de naufragar o único cruzador argentino, mas desejava tão somente que o navio de guerra regresse com sua escolta (ARGENTINA RESGATA..., 1982, p. 10). Sobre a questão, Nott declarou perante a Câmara dos Comuns, que em nome do princípio de legítima defesa ocorreu o torpedeamento do *General Belgrano* (MAIS..., 1982, p. 10).

Também no mesmo 2 de maio, o secretário-geral da ONU iniciou uma missão de bons ofícios, a fim de lograr uma solução pacífica ao conflito anglo-argentino. Desde o princípio das negociações, Pérez de Cuéllar insistiu para que a questão da soberania do arquipélago não integrasse os assuntos em discussão ocorridos em seu gabinete, com os representantes diplomáticos de ambos os países. Para o secretário-geral, tal impasse precisava ser dirimido posteriormente, quando ocorressem as negociações bilaterais, eventualmente sob a supervisão das Nações Unidas. (SOBERANIA..., 1982, p. 10).

De acordo com o plano submetido a ambas as partes, a ONU assumiria imediatamente a incumbência de administrar as Malvinas, à qual seria efetuada e assegurada por certo número de países aceitos por ambas as partes. Uma fórmula a ser determinada daria à população do território insular a possibilidade de manifestar sua perspectiva e um representante da ONU conduziria as negociações diretas entre o Reino

Unido e a Argentina, cuja duração seria posteriormente fixada para definir o *status* definitivo das Malvinas (CUÉLLAR..., 1982, p. 10).

Em 5 de maio, em decorrência das hostilidades militares pela disputa das ilhas Malvinas, o chanceler brasileiro prestou esclarecimentos ao Senado. Na ocasião, Saraiva Guerreiro expôs que a posição do Brasil diante do conflito era de “deter e reverter a engrenagem da violência para que a Argentina e Inglaterra voltem à mesa de reuniões”. O ministro, também, apresentou um retrospecto da posição brasileira, asseverando que já em 1833, o governo regencial respaldava o protesto da Argentina contra a invasão das Malvinas pelo Reino Unido; mas deixou claro que o Brasil apoiava a Resolução do Conselho de Segurança da ONU, que estipula a derrogação dos enfrentamentos, a evacuação das ilhas por parte das tropas argentinas e o estabelecimento de negociações diplomáticas. Saraiva Guerreiro ainda agregou que, desde o começo da crise, o Brasil estava se esforçando pela pacificação entre os beligerantes, dado que, de um lado, o país possui “densas relações” com a vizinha Argentina e, de outro, “não tem nenhum ponto de controvérsia com a Inglaterra” (GUERREIRO..., 1982, p. 2).

Entre os dias 11 e 13 de maio, em visita oficial aos Estados Unidos, o presidente brasileiro fez uma séria advertência ao governo norte-americano, tendo em vista as consequências sobre as relações dos Estados Unidos com a América Latina, devido ao apoio dado ao Reino Unido no conflito pelas Malvinas. Não obstante à conjuntura de divergência, uma vez que cada Estado apoia um e outro dos contendores, os dois presidentes concordaram sobre a necessidade de uma rápida solução, além de impedir uma escalada militar no Atlântico Sul e logrando, assim, uma saída pacífica, alicerçada ativamente na mediação desenvolvida pelo secretário-geral da ONU (TCHERKASKI, 1982).

A Aviação Naval argentina incorporou à sua frota três aviões EMB-111 Bandeirantes, de fabricação brasileira, para patrulhamento marítimo. As aeronaves iniciaram suas tarefas específicas desde a base naval localizada em *Baía Blanca*, a 700 quilômetros ao sul de Buenos Aires (PYM..., 1982, p. 10). O Brasil dispunha de condições para atender a novos pedidos da Argentina de venda de aviões Bandeirantes Patrulha P-95, ademais das duas unidades já comercializadas, com aquele país. Entretanto, teria que recorrer a um artifício para aprovisionar uma encomenda maior, no caso do Canadá, fabricante dos motores desse modelo de aeronave e aliado do Reino Unido, chegar a formular algum empecilho à exportação: utilizar-se-ia os motores dos Bandeirantes que estavam voando no país, nas unidades exportadas (BRASIL PODE..., 1982, p. 2).

Em 19 de maio, Pérez de Cuéllar informa sobre o fracasso da tentativa diplomática de negociação. Em Londres, o governo britânico considerou como insatisfatória a resposta final da Junta Militar argentina sobre a solução do conflito em questão. No entanto, o secretário-geral salientou que continuaria seus esforços, “até as últimas horas” para alcançar uma solução pacífica (MEDIAÇÃO..., 1982, p. 10).

Em 21 de maio, o secretário de Defesa britânico assim declarou que as forças britânicas estabeleceram uma consistente cabeça de ponte nas ilhas Malvinas:

“comando de fuzileiros da marinha e do regimento de paraquedistas encontram-se em terra em número substancial, com artilharia, armas de defesa antiaérea e outros equipamentos pesados que foram desembarcados de nossos navios. Esses desembarques não encontraram resistência” (LONDRES DIZ..., 1982, p. 10).

Do ponto de vista argentino, tal combate desenvolveu-se em três frentes, quais sejam: na *Baía de Port San Carlos*, no norte do estreito que separa as duas principais ilhas do arquipélago deu-se uma importante operação de desembarque das unidades britânicas; em *Port Darwin*, na região intermediária do estreito, deu-se uma tentativa de desembarque de forças britânicas transportadas por helicópteros; na *Baía Zorro*, aconteceu o desembarque. Diferentemente dos outros dois portos, a *Baía Zorro* situa-se na ilha da Grã-Malvina – a maior do arquipélago (ARGENTINA AFIRMA..., 1982, p. 10).

Em 26 de maio, o Conselho de Segurança aprovou, por unanimidade, a Resolução 505(1982). No documento, exortam-se os beligerantes a colaborarem integralmente com o secretário-geral em sua missão de bons ofícios, bem como solicita que o secretário-geral entre imediatamente em contato com as partes, com o propósito de negociar termos mutuamente admissíveis para um cessar-fogo, incluindo, caso seja necessário, entendimentos para o envio de observadores da ONU para verificar o cumprimento dos termos do armistício.

O ministério da Defesa do Reino Unido informou por meio de comunicado, em 28 de maio, que o Segundo Batalhão de Paraquedistas tomou *Port Darwin* e *Goose Green* situados na ilha malvinense de *Soledad*. Segundo aquele comunicado, as forças argentinas sofreram baixas e um número não preciso de soldados inimigos foram capturados como prisioneiros. De acordo com os correspondentes militares ingleses, paraquedistas e fuzileiros navais avançaram nas seguintes direções: *Port Darwin*, defendido possivelmente por mil militares argentinos, e, *Goose Green*, ao sul da ilha Oriental e para o noroeste, onde se encontra a capital do território insular, defendida, provavelmente, por aproximadamente sete a nove mil argentinos. *Port Darwin* ocupa uma posição estratégica no centro da ilha *Soledad* – é a segunda localidade em

importância nas Malvinas –, já *Goose Green* possui um campo de aviação (INGLATERRA ANUNCIA..., 1982, p. 10).

Em 8 de junho, a Força Aérea argentina infringiu grandes perdas à marinha britânica, destruiu o navio de desembarque *Sir Tristram*, avariou o *Sir Galahad*, outro navio de desembarque, e a fragata *Plymouth*. Fazendo uso da técnica de interceptação eletrônica por rádio, os argentinos detectaram todos os movimentos de acercamento dos navios, da força-tarefa britânica, e, desde o amanhecer as embarcações já preparadas, antecipadamente, partiram do território continental argentino para “receber” a guarnição opositora (TÁTICA..., 1982, p. 10).

A ofensiva final de encontro à última trincheira argentina desdobrou-se em duas etapas. O primeiro assalto, ocorrido na noite do dia 12 para o dia 13 de junho, possibilitou às unidades terrestres britânicas, romper as linhas argentinas na zona sudeste da península *Freycinet*, localizada a nordeste da ilha *Soledad*, e posicionar-se a menos de 15 quilômetros da capital do arquipélago. A força aérea argentina bombardeou as novas posições britânicas. As tropas do general Moore lançaram novo avanço em três frentes, a partir de suas novas posições. Na manhã do dia 14 de junho, os fuzileiros navais britânicos e as *gurkhas* nepaleses, apoiados por paraquedistas transportados de helicópteros, avançaram dez quilômetros e ocuparam, a quatro quilômetros da capital, os montes *Tumbledown* e *Wireless Ridge*. Todos os comunicados oficiais argentinos desde o início do ataque maciço, afirmavam que a superioridade numérica e técnica – com armamentos com mira infravermelha para os combates noturnos – possibilitaram o avanço das forças britânicas (CESSAR..., 1982, p. 10).

Em decorrência das tropas argentinas estarem cercadas em *Port Stanley*, os generais Menéndez e Moore encontraram-se para resolver sobre as disposições da rendição argentina nas Malvinas. Segundo o documento, o ex-governador argentino nas Malvinas se “rendia ao general J. J. Moore, representante de sua majestade britânica”. Na conclusão, o texto assim declarou “[...] essa rendição entrará em vigor a partir das 20 horas (de Brasília), do dia 14 de junho, e inclui as forças argentinas atualmente localizadas em torno de *Port Stanley* e as demais que se encontram na Malvina Oriental, na Malvina Ocidental e nas demais ilhas” (MENÉNDEZ..., 1982, p. 10). No documento, Menendez riscou duas palavras e as substituiu por suas iniciais: uma foi “incondicionalmente” e a outra está ilegível. O texto foi assinado por Menéndez e Moore.

## Considerações Finais

Antes de completar-se um mês da administração de Leopoldo Galtieri, a Junta Militar da qual fazia parte instituiu uma Comissão Conjunta de Trabalho para planificar a operação de recuperação do arquipélago das Malvinas. Diante do resultado aquém do esperado nas negociações em Nova Iorque e a intransigência britânica ante o incidente nas Geórgias do Sul, contrariando as previsões iniciais, em 26 de março de 1982, aquela Junta Militar decidiu que o desembarque militar ocorreria em 1º de abril seguinte.

Logo, no princípio da crise das Malvinas, o *Tribuna da Imprensa* salienta que embora o desembarque argentino na capital do arquipélago provoque um processo militar e político de implicações inestimáveis, a curto prazo, as forças argentinas disporiam de primazia, enquanto a médio prazo seria o corpo expedicionário britânico. No lapso temporal da crise, no plano diplomático tem-se a aprovação da Resolução 502(1982) no Conselho de Segurança da ONU, o malogro dos bons ofícios de Alexander Haig e a aprovação da Resolução 28/82 da OEA. Por sua vez, no âmbito militar, ocorre a retomada das Geórgias do Sul por parte das tropas britânicas.

No decorrer da guerra, no plano diplomático, ocorreram a gestão diplomática do secretário-geral da ONU e a aprovação da Resolução 505 (1982) no Conselho de Segurança. Já no campo militar, deram-se os primeiros enfrentamentos entre os contendores nas Malvinas, o afundamento do cruzador *General Belgrano*, o desembarque britânico em *San Carlos* e, por fim, a rendição da guarnição argentina em *Port Stanley*. Tanto no decorrer da crise, como da guerra anglo-argentina, o *Tribuna da Imprensa* noticiou em seu material jornalístico não assinado as versões dos dois contendores, ademais de assinalar, sobretudo, as ações diplomáticas do Brasil.

## Referências

ARGENTINA RESGATA 680 náufragos do cruzador. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 5 mai. 1982.

ARGENTINA REPELE proposta e enfrenta bloqueio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 30 abr. 1982.

ARGENTINA AFIRMA que rechaçou o ataque inglês. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 22-23 mai. 1982.

ARGENTINOS mortos no cruzador podem ser 500. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 4 mai. 1982.

BRASIL APELA por solução pacífica. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 7 abr. 1982.

BRASIL CONDENA sanções dos Estados Unidos à Argentina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 1<sup>o</sup>-2 mai. 1982.

BRASIL PODE vender mais aviões à Argentina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 mai. 1982.

BUENOS Aires recebe notícia em festa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 3-4 abr. 1982.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: EduSP, 1988.

CARDOSO, Oscar Raul; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. *Malvinas, la trama secreta*. Buenos Aires: Sudamericana, 1983.

CESSAR fogo entrou em vigor na tarde de ontem. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 15 jun. 1982.

CUÉLLAR anuncia amanhã resultado da mediação. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 19 mai. 1982.

DOCUMENTO do Brasil tem apoio de 15. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 abr. 1982.

ESTADO Maior argentino proclama vitória. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 3 mai. 1982.

EUA oferecem mediação na crise das Malvinas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 abr. 1982.

FERNANDES, Helio. Argentina x Inglaterra: a Guerra da ditadura. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 8, 8-9 abr. 1982.

GENERAL espera bom senso da Inglaterra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 abr. 1982.

GUERRA da propaganda chega ao ponto máximo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 28 abr. 1982.

GUERREIRO diz no Senado que é preciso reverter à violência. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 6 mai. 1982.

HAIG ADIA para hoje viagem de mediação à Inglaterra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 8-9 maio 1982.

HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. *La Batalla por las Malvinas*. Tradução de Fernando Estrada. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.

HENAULT, Michel. Ataque reforça posição da Argentina na OEA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 26 abr. 1982.

INGLATERRA DIZ que proposta de Haig depende da Argentina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 30 abr. 1982.

INGLATERRA PROMETE manter a pressão militar. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 3 mai. 1982.

INGLATERRA ANUNCIA a tomada de Porto Darwin. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 29-30 mai. 1982.

LEAL, Carlos Eduardo. *Tribuna da Imprensa*. In: ABREU, Alzira Alvez de et al (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro – Pós 1930*. Atual. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSHY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

LONDRES DECLARA 200 milhas das Malvinas zona de guerra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 8-9 abr. 1982.

LONDRES DECRETA bloqueio total das Malvinas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 29 abr. 1982.

LONDRES DIZ que tem cabeça de ponte nas Ilhas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 22-23 mai. 1982.

LORENZ, Federico. *Malvinas: una guerra argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009. MAIS dois ataques britânicos às Malvinas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 5 mai. 1982.

MALVINAS levam Inglaterra a mudar chanceler. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 6 abr. 1982.

MARINHA argentina afinal entra em ação. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 29-30 mai. 1982.

MEDIAÇÃO fracassa e Costa Méndez volta à ONU. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 20 mai. 1982.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil. *Revista de Economia Política e História Econômica*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 29-51, set. 2004.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da última Hora. *Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 31, p. 29-50, jun. 2008.

MENENDEZ risca o “incondicional” na rendição. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 17 jun. 1982.

NATALI, João. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

NAVIOS de guerra britânicos rumo às Malvinas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 5 abr. 1982.

NINO, Claudio. Argentina ocupa Malvinas em ação fulminante. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 3-4 abr. 1982a.

NINO, Claudio. Hipótese militar supera esforços de paz. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 14 abr. 1982b.

NOTT anuncia capitulação em Londres. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 26 abr. 1982.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PYM prevê intensificação da guerra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 14 mai. 1982.

REAGAN anuncia apoio dos EUA à Inglaterra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 1-2 mai. 1982.

RUSSELL, Roberto. El Proceso de Toma de Decisiones en la Política Exterior Argentina (1976-1989). In: RUSSELL, Roberto (org.). *Política Exterior y Toma de Decisiones en América Latina*. 1. ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990, p. 13-59.

SOBERANIA ainda é questão delicada na ONU. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 8, 12 mai. 1982.

TÁTICA de “pinça” fracassou, diz B. Aires. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 11 jun. 1982.

TCHERKASKI, Osvaldo. Figueiredo e Reagan querem impedir a escalada militar. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 mai. 1982.

VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. *Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur*. Buenos Aires, 1983.

VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo. *Repensando Malvinas: una causa nacional*. 1. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 107-220.

VERSÕES contraditórias aumentam confusão. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 28 abr. 1982.

YOFRE, Juan Bautista. *1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso*. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2011.